

Apresentamos as Demonstrações Financeiras, relativo ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. São Paulo, 23 de Março de 2011.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2010		2009	
		2010	2009	2010	2009
Circulante		42.705	91.249	9.111	93.998
Disponibilidades		393	1.107	-	87.032
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.601	5.501	9.111	6.966
Aplicações em depósitos interfinanceiros		4.601	5.501	-	-
Operações de crédito	6	17.860	36.933	10	6.424
Sector privado		21.768	65.608	11	2.687
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.908)	(28.675)	11	59.122
Outros créditos	7	11.361	38.016	9	53.905
Diversos		11.361	38.016	-	-
Outros valores e bens	8	8.490	9.692	6.007	3.215
Outros valores e bens		8.472	1.247	-	-
Despesas antecipadas		18	8.445	11	6.007
Realizável a longo prazo	122.867	89.108	11	6.007	3.215
T.V.M. Instrumentos Financeiros Derivativos	5	98.192	18.910	107.500	107.500
Carteira própria		84.055	-	17	17
Swap de crédito		14.137	18.910	(1.145)	-
Operações de crédito	6	10.029	41.328	11	6.007
Sector privado		10.029	41.328	-	-
Outros créditos	7	14.605	17.155	107.500	107.500
Diversos		14.605	17.155	(2.995)	(25.372)
Outros valores e bens	8	41	11.715	107.500	107.500
Despesas antecipadas		41	11.715	-	-
Permanente	6.828	260	6.650	6.650	6.650
Investimentos		6.650	-	6.650	-
Participações em controladas		6.650	-	6.650	-
No País		6.650	-	-	-
Imobilizado de uso	138	205	338	338	338
Outras imobilizações de uso		338	205	-	-
Depreciações acumuladas		(200)	(133)	-	-
Diferido	40	55	77	77	77
Gastos com organização e expansão		77	77	-	-
Amortização acumulada		(37)	(22)	-	-
Total do ativo	172.400	180.617	172.400	180.617	172.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	2010		2009	
	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
Saldos iniciais em 1º de julho de 2010	107.500	879	(8.988)	99.391
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.145)	(1.145)
Resultado do período	-	-	5.131	5.131
Saldos em 31 de dezembro de 2010	107.500	879	(1.145)	103.377
Mutação do período	-	-	(1.145)	3.986
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2010	107.500	17	(25.372)	82.145
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.145)	(1.145)
Resultado do período	-	-	22.377	22.377
Saldos em 31 de dezembro de 2010	107.500	17	(1.145)	103.377
Mutação do período	-	-	(1.145)	21.232
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2009	107.500	17	(14.135)	93.382
Resultado do período	-	-	(11.237)	(11.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	107.500	17	(25.372)	82.145
Mutação do período	-	-	(11.237)	(11.237)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional - A Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financiera" ou "Instituição") foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie. Em 14 de maio de 2010 foi concluída a venda de sua subsidiária Sofcred Promotora de Vendas e Serviços Ltda. Os efeitos dessa transação foram considerados nos resultados do primeiro semestre estando destacado na demonstração de resultado em outros resultados extraordinários, no montante líquido de R\$ 40.199 milhões.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

3. Descrição das principais práticas contábeis - a. Apuração do resultado - Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "pró-rata" dia. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Resolução - CMN nº 3604/08 que aprova o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: **• Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; **• Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **• Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **e. Instrumentos financeiros derivativos** - Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2010 está substancialmente representado por contrato de cobertura de perdas com inadimplência de operações de crédito adquiridas através de contrato de cessão. **f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por até 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. **g. Outros valores e bens - Bens não de uso próprio** - Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dáção de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustado por provisão para perda no valor recuperável quando necessário. **Despesas antecipadas** - Referem-se a despesas pagas antecipadamente, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, representado substancialmente por comissão a agentes na colocação de financiamentos e despesas de seguros. Quando da cessão desses direitos ou benefícios, as correspondentes comissões são imediatamente reconhecidas no resultado. **h. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo** - São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pró rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de aquisição ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. **i. Investimentos** - Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em balancetes levantados na mesma data. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **j. Imobilizado de uso e diferido** - O imobilizado de uso e diferido são demonstrados pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com taxas anuais do correspondente ativo. Os saldos existentes no ativo diferido, constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.617/08 do BACEN, serão mantidos até a sua efetiva baixa. **k. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - A

Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **l. Depósitos interfinanceiros** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pró rata" dia. **m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido** - A provisão para imposto de renda corrente é constituída a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$240. A provisão para contribuição sobre o lucro líquido foi calculada a alíquota de 15%. Os impostos diferidos são constituídos de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros às mesmas alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicáveis sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. **n. Estimativas contábeis** - Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação do ativo imobilizado de uso, e provisões para contingências. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. **o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas nas disposições da Resolução nº 3535/08 do BACEN, sendo estas as seguintes: **• Ativos contingentes** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **• Passivos contingentes** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas estimadas e como remotas não são provisionados e ou divulgados; **• As obrigações legais** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **p. Participações no resultado** - As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva. **q. Resultado líquido por ação** - O resultado líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação na data dos balanços.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez - a) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	31/12/2010	31/12/2009
Até 30 dias	4.601	5.501
Total	4.601	5.501

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	31/12/2010		31/12/2009	
	Valor na curva	Ajuste a mercado	Valor na curva	Ajuste a mercado
Carteira Própria	85.200	1.145	84.055	-
Títulos disponíveis para venda:	85.200	1.145	84.055	-
Letras do tesouro nacional - LTN	85.200	1.145	84.055	-

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA. Os títulos estão registrados no sistema especial de liquidação e custódia (SELIC), do Banco Central do Brasil.

b) Composição por prazo de vencimento

	31/12/2010		31/12/2009	
	Após 360 dias	Total Geral	Após 360 dias	Total Geral
Títulos Públicos	84.055	84.055	-	-
Títulos disponíveis para venda:	84.055	84.055	-	-
Letras do tesouro nacional - LTN	84.055	84.055	-	-
	84.055	84.055	-	-

c) Instrumentos financeiros derivativos - Derivativos de crédito (Credit Default Swap - CDS) - Representa, de forma geral, um contrato bilateral no qual a contraparte vendedora garante a proteção contra um risco de crédito de determinados ativos financeiros. No caso de um evento de default ("default"), a contraparte compradora da proteção receberá uma remuneração baseada em taxa de proteção cujo objetivo é compensar a perda de valor dos ativos financeiros. A remuneração baseada em taxa de proteção atrelada ao evento de crédito será paga em até 48 horas após término da vigência da operação, atualizadas pelo CDI.

	Valor de risco de crédito	
	31/12/2010	31/12/2009
Transferido	-	-
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:		
• Operações de crédito - Operações de crédito ao consumidor	14.137	18.910
adquiridas sem coobrigação	-	-
Total	14.137	18.910

A Instituição realiza operações envolvendo derivativos de crédito com o objetivo exclusivo de minimizar sua exposição ao risco de crédito de seus ativos.

6. Operações de créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa - a. Composição por vencimento das operações de crédito

Operações de crédito direto ao consumidor

	31/12/2010								31/12/2009				
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%		
Níveis de risco (Resolução nº 2682 de 21 de dezembro de 1999)	6.354	8.524	988	1.269	546	239	274	188	1.023	19.405	61	50.802	
Curto prazo:	472	508	98	77	21	13	13	11	54	1.267	11	2.889	
De 0 a 14 dias	207	550	33	68	51	16	21	13	66	1.025	10	2.417	
De 15 a 30 dias	686	1.001	128	143	70	31	30	23	117	2.229	19	5.006	
De 31 a 60 dias	615	982	124	135	67	26	33	23	116	2.121	11	4.653	
De 61 a 90 dias	1.563	2.553	323	385	156	75	84	55	300	5.494	28	13.248	
De 91 a 180 dias	2.811	2.930	282	461	181	78	93	63	370	7.269	37	22.589	
De 181 a 360 dias	3.599	4.370	252	545	183	85	150	114	594	9.972	51	41.328	
Longo prazo:	3.599	4.370	332	545	183	85	150	114	594	9.972	51	41.328	
Acima de 360 dias	9.953	12.894	1.320	1.814	729	324	424	302	1.617	29.377	92	92.130	
Total normal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.305	2.420	8	14.806
Vencido:	-	-	2	132	308	229	124	172	148	57	170	7	657
Até 14 dias	-	-	-	-	44	43	12	10	9	52	10	1	117
De 15 a 30 dias	-	-	2	132	103	32	18	20	13	67	387	1	1.515
De 31 a 60 dias	-	-	-	-	151	76	29	31	22	121	430	2	2.027
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	6	77	28	32	20	121	284	1	1.790
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	4	1	34	70	69	371	549	4	4.755
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	3	9	15	516	543	3	211
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	57	57	211	2	886
Total	9.953	12.896	1.452	2.122	958	448	596	450	2.922	31.797	100	106.936	

7. Outros créditos - Diversos

	31/12/2010		31/12/2009	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Crédito tributário (a)	2.117	8.747	10.864	3.493
Devedores por depósitos em garantias	-	5.858	5.858	-
Imposto de renda a compensar/recuperar	4.282	-	4.282	999
Pagamentos a ressarcir	1	-	1	-
Valores a receber de sociedades ligadas	-	-	-	31.076
Devedores diversos - País	4.961	-	4.961	2.447
Total	11.361	14.605	25.966	38.016

a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Créditos tributários

	31/12/2009	Reversão/constituição	31/12/2010
Prejuízos fiscais	5.512	(5.715)	3.982
Proveniente das operações	5.512	(5.715)	3.982

Diferenças temporárias:

	31/12/2009	Reversão/constituição	31/12/2010
Créditos de liquidação duvidosa	4.4		